



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

Taxas administrativas dos requerimentos nas instituições médicas públicas

Enquanto componente importante do sistema de saúde de Macau, as instituições médicas públicas recebem diariamente muitos utentes. E segundo informações de alguns residentes, estas instituições cobram taxas adicionais para os documentos médicos.

Primeiro, nos pedidos dos processos clínicos: algumas doenças crónicas são complexas e de longa duração, portanto, são frequentes os pedidos de cópia dos exames imagiológicos para efeitos de diagnóstico ou encaminhamento. No entanto, nos termos do Despacho do Chefe do Executivo n.º 27/2017, cada cópia custa 180 patacas, e 100 patacas se for em suporte digital. Quando são muitos exames, repete-se o pedido e o montante das taxas é bastante considerável. O artigo 7.º do Regime jurídico do erro médico prevê expressamente a protecção do direito à informação dos pacientes, mas quando estes pretendem ouvir mais opiniões médicas, as elevadas taxas administrativas acabam por ser um obstáculo ao exercício do seu direito à informação e a outras consultas médicas. Além disso, os doentes já pagaram uma taxa na primeira consulta, logo, a cobrança da taxa para pedido das tais cópias é uma dupla cobrança, prejudicando-se assim,

1/3

IE-2018-11-14-Lam lok Fong (P) LG-APN



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

dissimuladamente, os direitos e interesses dos pacientes.

Um residente foi a uma consulta no Hospital Conde de São Januário devido a um acidente de trabalho, e teve de pagar 225 patacas quando pediu o relatório médico para exigir a indemnização à seguradora¹. Estabelecendo a comparação com as taxas praticadas noutros hospitais, por exemplo 50 patacas no Kiang Wu e 30 patacas no Hospital da Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, as praticadas no São Januário são mais elevadas. Nessa consulta, o residente pagou 200 patacas pelos medicamentos e despesas médicas, portanto, mesmo que se consiga a indemnização do seguro, perde-se mais do que se ganha. Ora, o residente em causa não sabia disso, de facto, podia ter ido à consulta no Kiang Wu, mas muitos residentes escolhem o sistema de saúde público por falta de capacidade económica. No entanto, são tão caros os relatórios médicos emitidos pelo São Januário, que é um hospital público e com mais utentes. Taxas administrativas tão elevadas contrariam o objectivo do sistema público de saúde.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Para proteger o direito à informação dos utentes e aliviar os encargos dos utentes que têm de fazer segundas consultas, as instituições de saúde públicas devem aperfeiçoar os procedimentos de pedido dos processos clínicos, baixar as taxas respectivas, e emitir gratuitamente

¹ <http://www.ssm.gov.mo/eMedApply/apply/Default.aspx>



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

os relatórios médicos dos exames já pagos, evitando duplas cobranças.

Vão fazê-lo?

2. Os relatórios médicos emitidos pelo São Januário para os pedidos de indemnização às seguradoras são mais caros do que nos outros hospitais. A taxa em causa vai baixar, com vista a facilitar a vida dos residentes?

**A Deputada à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,**

Lam lok Fong

14 de Novembro de 2018